

Ao cuidado da AMI e da militância juvenil do MLNG

As respostas que tenham recebido no mês de Agosto de 2004 as solicitações de filiação na Assembleia da Mocidade Independentista (AMI) de 14 militantes de outras organizações do MLNG como são NÓS-UP, AGIR e Primeira Linha são uma amostra da lamentável deriva sectária na que tem caído a que até a altura, acreditávamos, pretendia ser a organização unitária da mocidade independentista.

As solicitações cursadas em Compostela, Corunha, Ponte Vedra e Louro receberam no melhor dos casos evasivas por parte dos organismos comarcais ou nacionais da AMI (caso de Louro ou a Corunha), que até o momento não têm dado resposta em firme às solicitações cursadas durante a primeira metade do mês de Agosto; quando não respostas nas quais se remarcava que se faria o possível para impedir que estas solicitações de alta acabassem por ser aceites dando plenos direitos de militante às pessoas que o solicitavam, mas que estas poderiam aderir à AMI sob a fórmula de colaboradoras/es (caso de Compostela e Ponte Vedra).

As argumentações que se dão na AC de Compostela e na reunião entre representantes do Conselho Nacional (CN) e as solicitantes de Ponte Vedra foram semelhantes, senão na forma, muito mais hostil em Compostela, sim no fundo. Numha e outra localidade a experiência militante noutras organizações do MLNG das pessoas que solicitavam a alta, em lugar de ser considerado um aval de solvência, foi uma peja. Peja que se fazia derivar das diferenças entre a linha política das organizações das que procedemos as solicitantes e a da AMI.

Assim na AC de Compostela houve que escutar por boca de um destacado militante da AMI (que na altura faz parte da DN de NÓS-UP) que não se ia permitir a entrada "dos liquidacionistas do movimento". Entre o que ele considerava "liquidacionistas" achava-se o actual Responsável de Organização de AGIR, que já era colaborador da AMI, situação na qual se achava desde finais de 2003 quando lhe foi retirada a sua condição de militante que mantinha desde o ano 1999. Em todo o caso a AC ofertou que as pessoas que solicitavam a alta passassem a ser colaboradoras/es da AMI durante um período, não definido, em que deveriam provar o seu compromisso com a organização e a identificação com a linha política da AMI. Tais condições foram contestadas no momento com a retirada das solicitações e com a baixa solidária de umha militante da AC de Compostela.

Em Ponte Vedra onde se deslocaram para atender as cinco solicitações de alta que se faziam nesta cidade, na qual não existe assembleia comarcal da organização juvenil, comunicaram aos/as solicitantes a sua escassa disposição para integrá-las na AMI argumentando que até a altura a experiência tinha demonstrado que "vós e nós trabalhávamos melhor por separado" como supostamente tinham demonstrado as experiências paralelas de AGIR e AMI. Perante essa surpreendente argumentação um dos delegados da AMI revelou que actualmente a citada organização de mocidade renunciara à sua vocação de massas polo que se dotava de um mecanismo de selecção de militantes (a já mencionada figura de colaboradoras/es), coisa que para ele não tinha nada de particular já que noutra organização como é Primeira Linha "também não entrava quem quisesse, mas se selecciona-se a militância".

Em todo o caso os delegados do CN da AMI ofertaram a incorporação das pessoas que solicitaram a alta sob a figura de colaboradoras/es. Ante a pergunta de um dos solicitantes de se algum/ha representante desse grupo de apoio poderia assistir às reuniões do CN da AMI (tal e como se faz na actualidade com outros grupos de apoio) o responsável pela organização do CN da AMI respondeu de forma evasiva. Ao insistir na questão o solicitante, perguntado se tal situação aparecia recolhida nos estatutos da organização, este mesmo membro do CN respondeu que "umha coisa é o que dizem os estatutos, e outra como os interpreta a organização". Finalmente o encontro acabou com a constituição do grupo de apoio mas sem resolver exactamente qual era o enquadramento organizativo deste no aparelho nacional da AMI.

Posteriormente, após o contacto telefónico realizado com o CN da AMI por um dos jovens que solicitou entrada em Ponte Vedra, o representante da organização juvenil manifestou que na reunião do Conselho Nacional celebrada domingo 29 de Agosto a AMI decidiu adiar as solicitações até a Assembleia Nacional que foi adiantada de Maio de 2005 para Novembro deste ano. Na conversa realizada a 2 de Setembro voltou a insistir-se em que as pessoas que solicitaram a alta na AMI podem ser colaboradoras, mas não criar um grupo de apoio, não podendo assim participar em nenhum organismo, carecendo de qualquer tipo de direitos. Perguntado a quem se aplicava esta decisão, respondeu-se que exclusivamente à militância de Primeira Linha.

Entre finais de Agosto e inícios de Setembro as solicitações de entrada cursadas na Corunha e Louro não obtiveram mais resposta que um sepulcral silêncio. A direcção da AMI não atende telefonicamente a solicitação de contactos e comunicação solicitada pelas pessoas de ambas localidades.

Do manifestado nestas reunions as pessoas que solicitámos a entrada na AMI em Compostela, Corunha, Ponte Vedra e Louro no mês de Agosto de 2004, todas nós militantes em activo em distintas organizaçõs do MLNG como AGIR, NÓS-UP e/ou Primeira Linha, tiramos em conclusom:

1.- A presençã na AMI de militãncia identificada com o que se dá em chamar a "linha maioritãria" em NÓS-UP é considerada nom grata por parte da corrente política do MLNG actualmente hegemõnica na AMI. Prova disto é que se requira de militantes experimentad@s noutras estruturas um período de quarentena no que teriam que provar a sua valia e identificaçom com umha linha política muito determinada ao estilo "do que fai Primeira Linha". (O CN da AMI pareceu esquecer que Primeira Linha é umha estrutura partidãria sem vocaçom unitarista que representa um determinado sector, o d@s comunistas, dentro do MLNG mas que nas outras estruturas com vocaçom unitãria, caso de AGIR e NÓS-UP, nom se require período de prova algum.)

2.- A AMI tem abandonado a sua vocaçom unitãria e de massas para se converter numha estrutura partidãria irregular (cinguida exclusivamente à mocidade) na qual é incontestãvel a hegemonia de umha determinada linha política: o exclusivismo patriõtico interclassista.

Ante esta tessitura nom queremos enganar ninguém, polo que manifestamos que se a AMI pretende impedir que nela se constitua um sector de militãncia identificado com a actual linha política hegemõnica em NÓS-UP e AGIR, alicerçada nos parãmetros estratãgicos de independãncia, socialismo e antipatriarcado, nom deve permitir a nossa entrada jã que essa é umha das nossas intençõs.

As pessoas que assinamos este documento lamentamos profundamente a deriva da AMI nestes últimos anos modulados pola experiẽncia unitãria em NÓS-UP, e jã anteriormente nas Assembleias Populares Comarcais. Consideramos que esta organizaçom continua a desperdiçar imprudentemente a oportunidade de se converter (apõs a superaçom da situaçom anormal vivida pola esquerda independentista na segunda metade da dãcada de 90) na organizaçom sectorial de mocidade de todo o MLNG insistindo em ser o reduto político de um determinado sector do nosso movimento. Sector que parece ter renunciado à legítima aspiraçom de criar um referente partidãrio prõprio e aposta polo controlo absoluto de diferentes entidades às quais cobre sob um manto de pretendida "pureza independentista".

As actividades e campanhas desenvolvidas pola AMI continuam a caracterizar-se pola insistẽncia em temãticas que se afastam do que deveria ser o seu campo de actuaçom específico e pola sua insistẽncia numha linha de "exclusivismo nacional interclassista" que nom conecta com a realidade objectiva da mocidade galega de começos do século XXI. Neste ano 2004 a AMI mesmo se tem permitido dar liçõs publicamente a outra entidade do MLNG de como há que focar a participaçom nos processos eleitorais, ao tempo que reforçava nas suas campanhas e posicionamentos pùblicos umha linha ideolõgica que pom o acento unicamente no aspecto nacional como foi o caso da recente "campanha" polo galego nos centros de trabalho ou o discurso do 24 de Julho.

Do seu discurso pùblico derivamos que a AMI, na actualidade, se dirige em exclusiva a umha mocidade maioritariamente galegõfona, ligada ao mundo rural e afectada em primeira pessoa polo processo de desestruturaçom do campo galego; em definitiva, a umha mocidade galega que nom existe ou é umha minoria num sector social que na Galiza é predominantemente urbano (nom sõ em relaçom às grandes cidades galegas mas tambẽm às vilas cabeça de comarca que crescẽrom a medida que as aldeias perdiam populaçom) e no qual o conflito lingüístico jã nom pode focar-se empregando o esquema da diglossia porque o espanhol é jã o idioma único da maioria das moças e moços. A AMI insiste numha linha política que começou a perder validez há mais de 20 anos.

As afirmaçõs de referencialidade histõrica, que tradicionalmente acompanhãrom o andamento da AMI, nom bastam para legitimar umha actuaçom política que ao nosso parecer resulta errada, e nom estamos dispost@s a dar por bom um status quo polo simples facto de que qualquer corrente política considere o trabalho juvenil do MLNG como a sua leira particular.

Entendemos que é imprescindível para o sucesso do MLNG contar com umha política correcta no sector da mocidade enquanto na actualidade está a correr-se um risco imediato de desgaleguizaçom. Umha política que se deve alicerçar no conhecimento profundo da realidade em que vivem as moças e moços do nosso país, de quais som as suas ambiçõs imediatas e as suas necessidades objectivas, jã que este é o único meio para chegar este sector aos nossos parãmetros políticos. Umha política que se deve caracterizar por umha radicalidade absoluta no nacional, mas tambẽm no social e de género.

O MLNG deve contar com umha organizaçom sectorial que se adapte à mocidade galega que existe na actualidade sem cair em idealismos, mas tambẽm nom no oportunismo. Umha organizaçom de mocidade que deve ter como bandeiras ideolõgicas o independentismo, a esquerda anticapitalista e o feminismo, e que desde esses parãmetros fale de precariedade laboral, acesso à vivenda e de recuperaçom da língua, mas que ainda pule polo potenciamento do associacionismo de base, e centre tambẽm as suas campanhas e actividades na demanda de umha sexualidade livre e

nom patriarcal, na focagem de umha política referente às drogas de umha perspectiva antiproibicionista, na solidariedade internacionalista, no potencionamento de umha atitude face o ócio e a cultura de carácter emancipador e nom alienante, ou no antimilitarismo e o ecologismo.

Em resumo, a nossa solicitude de alta na AMI nom responde à nossa identificação com a actual linha política desta organização, mas a valorização que fazíamos desta como referente unitário da esquerda independentista no trabalho juvenil.

Pola nossa parte consideramos imprescindível para o correcto desenvolvimento do MLNG a existência de expressões sectoriais que estejam abertas à pluralidade de correntes e sectores de opinião existentes no conjunto do movimento, sem menosprezo do direito destas correntes e sectores a organizar-se da forma que melhor se adapte às suas características e necessidades.

Juntamente entendemos que na actualidade a esquerda independentista galega se acha numha situação de divisom que também tem o seu reflexo no movimento juvenil. O nascimento da organização de mocidade Adiante-MIR tem colocado na ordem do dia a necessidade de umha tomada de contacto entre as duas grandes correntes da esquerda independentista galega também no âmbito da mocidade, ao igual que já se está a dar num nível político mais geral, para o qual, agora mais que nunca, há que desterrar de princípio todo sectarismo da nossa atitude.

@s militantes da esquerda independentista que assinamos este documento concluímos entom que se a AMI renuncia a ser esse referente unitário será preciso criá-lo.

Galiza, Setembro de 2004

Assinado:

Diego Bernal Rico, Rute Cortiço Franco, Sarai Fernandes Marquês, Íria Leis Figueroa, Ugio Formoso Lopes, Vreixo Formoso Lopes, Berta Lopes Permui, Daniel Lourenço Mirom, Antia Marinho Ribadulha, Afonso Mendes Souto,, Manuel J. Outeiro Rodrigues, Sérgio Pinheiro Pena, Alexandre Rios Bergantinhos, Ángelo Rodrigues Meraio, Maria Sanches Garcia.